

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

AEE

1ª Edição

Deficiência Intelectual

Débora Jacks



PROEN
Pró-Reitoria
de Ensino

PUBLICAÇÕES PROEN - 2024



CURSOS
IFSul Inclusive

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA
CURSOS IFSUL INCLUSIVO

Reitor

Flavio Barbosa Nunes

Vice Reitora

Veridiana Krolow Bosenbecker

Pró-Reitor de Ensino

Rodrigo Nascimento da Silva

Diretoria de Políticas de Ensino e Inclusão

Leonardo Betemps Kontz

Chefe do Departamento de Educação Inclusiva

Rosane Bom

Coordenadora do Curso A Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado

Roberta Gonçalves Crizel

Administrativo

Fátima Eslabão Insaurriaga Duarte

Departamento de Educação a Distância e Novas Tecnologias

Jander Luis Fernandes Monks

Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais

Roselia Souza de Oliveira

CONTEÚDO E APRESENTAÇÃO

Organizadores

Rodrigo Nascimento da Silva
Leonardo Betemps Kontz
Rosane Bom
Jander Luis Fernandes Monks
Rosélia Souza de Oliveira

Professora Autora

Débora Jacks

Design Instrucional

Fabiane Belletti da Silva
Verônica Porto Gayer

Design Gráfico e Digital - Hiperfídias

Marcus Neves

Revisão Pedagógica

Roberta Crizel
Rosane Bom

Revisão Linguística

Fabiane Belletti da Silva

Design Educacional da Coordenadoria de Produção de Tecnologias Educacionais

Andressa Silveira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

J12e Jacks, Débora

Educação Inclusiva AEE [recurso eletrônico] Deficiência
Intelectual / — Pelotas, RS: IFSUL, 2024.

31 p. : il.; color.

Modo de acesso: <https://www.ifsul.edu.br/publicacoes-pm-2/>

ISBN: 978-65-01-29794-1

1. Educação. 2. Curso. 3. Inclusão. 4. Acessibilidade. 5. DI.
I. Título.

CDU: 376

Bibliotecária Responsável: Maria Cristina de S. Santos CRB 10/1811

Produzido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul).
Este trabalho está licenciado sob uma Licença Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Internacional.
Para ver uma cópia desta licença, visite <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/legalcode.pt>.



Sumário

Apresentação	5
1. Introdução	6
2. Breve histórico sobre a Deficiência Intelectual	6
3. Causas da Deficiência Intelectual	10
4. Síndromes que apresentam características da Deficiência Intelectual	12
5. Organização da ação pedagógica para estudante com Deficiência Intelectual	17
6. Atitudes que devemos ter com pessoas com Deficiência Intelectual	19
7. O Atendimento Educacional Especializado e o estudante com Deficiência Intelectual	20
8. Deficiência Intelectual no Ensino Médio e Superior	21
9. Avaliação e currículo flexível para estudante com Deficiência Intelectual	22
10. Construção do Parecer Descritivo para estudante com Deficiência Intelectual	24
10.1. Dicas para construção do Parecer Descritivo	26
11. Mercado de trabalho para pessoa com Deficiência Intelectual	27
12. Considerações Finais	28
REFERÊNCIAS	29

Apresentação

A educação inclusiva é um tema essencial no contexto educacional contemporâneo, promovendo um ambiente onde estudantes, independentemente de suas necessidades específicas, possam aprender e desenvolver seu potencial. Os dez e-books que compõem o Curso A Educação Inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado, abordam diversas facetas da educação inclusiva e do atendimento educacional especializado, oferecendo valiosas reflexões, práticas e metodologias.

Esses e-books são recursos indispensáveis para educadores, gestores e todos os profissionais envolvidos na educação, proporcionando reflexões valiosas e práticas que favorecem a inclusão e a equidade no ambiente escolar. Ao explorar essas obras, você encontrará inspiração e ferramentas para transformar sua abordagem educacional, garantindo que cada estudante tenha a oportunidade de aprender e prosperar em um ambiente inclusivo.

Desejamos que seja um tempo de muitas aprendizagens para todas e todos!

Débora Jacks

Psicopedagoga Clínica e Escolar

Coordenadora do Centro de Apoio, Pesquisa e Tecnologia para a Aprendizagem (CAPTA)

1. Introdução

A deficiência intelectual (DI) é, dentre todas as deficiências, a mais comum. Pessoas com DI apresentam dificuldade para resolver problemas, compreender ideias abstratas (como as metáforas, a noção de tempo e valores monetários), demonstram defasagem nas relações sociais e na compreensão, bem como na realização da higiene e no autocuidado.

Considerando a Lei Brasileira da Inclusão (LBI) devemos considerar que:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda vida, de modo a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (BRASIL, 2015).

Neste sentido precisamos estar atentos às particularidades, relacionadas à aprendizagem e socialização, dos estudantes com deficiência intelectual.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a deficiência intelectual caracteriza-se por uma redução significativa da habilidade em entender informações novas ou complexas e desenvolver mais habilidades. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) para a pessoa com DI deverá favorecer os processos de aprendizagem, possibilitando acesso a recursos, estratégias e metodologias adequadas.

Ao longo deste texto você terá acesso à informações relevantes acerca do trabalho do Atendimento Educacional Especializado direcionado a este público-alvo.

2. Breve histórico sobre a Deficiência Intelectual

No decorrer da história é possível perceber como as pessoas com deficiência intelectual são vistas pela sociedade da qual ficaram à parte por um longo período. No século XVII, Jean Itard realiza seu trabalho com Vitor, um menino de 12 anos encontrado em uma floresta na França. Vitor ficou conhecido como o “menino lobo”. Jean Itard publicou o livro intitulado **“A educação de um homem selvagem”**. Baseado nesse trabalho, e por meio dele pretendia provar que era possível educar Vitor.

No século XIX, a igreja assume o papel de zelar pelas pessoas com deficiência e, logo em seguida, a medicina assume a responsabilidade por essas pessoas consideradas incapazes, recomendando que sejam internadas em asilos ou em seus lares, impedidas de saírem desses espaços restritos, ficando reclusas e longe da sociedade.

Chegamos então ao século XX! Na década de 70, quando as instituições especializadas surgem com força, a elas cabe o compromisso de manter longe da sociedade esse público diferenciado, livrando os cidadãos da convivência com os diferentes. Os testes de QI ganham força nesse momento e reforçam a ideia de que pessoas com deficiência intelectual devem permanecer na segregação, escondidas atrás dos muros das instituições, sem representar “risco” para a comunidade.

Alfred Binet, pedagogo e psicólogo, foi a base para os atuais testes de QI. Observe o quadro a seguir, com os diferentes níveis de inteligência propostos pelo teste.

Quadro 1: quociente de inteligência

Acima de 140:	Gênio ou próximo da genialidade
130-139:	Extremamente inteligente
120-129:	Inteligência muito acima da média
110-119:	Inteligência acima da média
90-109:	Inteligência normal (metade da população mundial situa-se neste nível)
80-89:	Inteligência abaixo da média
70-79:	Quase deficiência mental
50-70:	Retardo mental leve
35-50:	Retardo mental moderado
20-35:	Retardo mental grave
Abaixo de 20:	Profundo retardo

Durante décadas acreditou-se que todos aprendiam de uma única forma e que as pessoas com deficiência não aprenderiam nada além do que a deficiência lhes permitisse. A esses sujeitos foi negada a possibilidade de aprendizagem e

durante muito tempo permaneceram segregados; as práticas desenvolvidas visavam reabilitar o indivíduo com deficiência, para então integrá-lo à sociedade.

A abordagem **comportamentalista**, que tem como um dos principais representantes Skinner, constitui-se uma forte corrente teórica para o embasamento das práticas em Educação Especial, norteando o trabalho desenvolvido nas instituições especializadas.

A sociedade evoluiu, a luta pelos direitos humanos foi ampliada, novas possibilidades de ensino surgiram e foram pensadas para as pessoas que possuem deficiência. Apresentam papel de destaque Jean Piaget, com uma abordagem **cognitivista** e Lev. S. Vygotsky, com a abordagem **sociointeracionista**.

Para Vygotsky, o sujeito é concebido como um ser interativo, pois constroi o conhecimento e se constitui a partir das interações intra e interpessoais que estabelece ao longo de sua vida. O autor aponta que a intervenção pedagógica para estudantes que possuem deficiência deve primar pelas ações nas funções psicológicas superiores, trabalhando com dois níveis de desenvolvimento, o nível real e o nível proximal.

A Zona de Desenvolvimento Proximal significa a distância que existe entre a passagem de um nível de desenvolvimento a outro. Quando um estudante DI não consegue realizar sozinho determinada tarefa, mas a executa com a ajuda de outros, está mostrando que em seu nível de desenvolvimento proximal já constroi noções e conceitos acerca da aprendizagem.

Por outro lado, Jean Piaget define as fases ou estágios do desenvolvimento humano. Segundo sua teoria, o ser humano apresenta no seu desenvolvimento as seguintes fases:

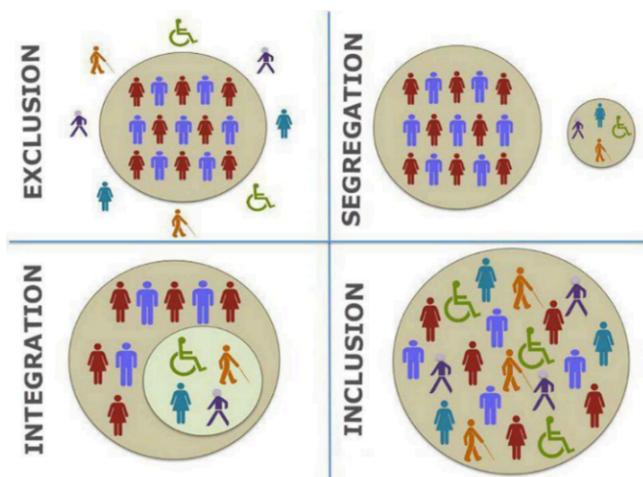
- **Sensório-motor:** De 0 a 2 anos - a criança conquista seu mundo através da percepção e do mundo que a cerca.
- **Pré-operatório:** Dos 2 aos 7 anos - o mais importante é o aparecimento da linguagem, que irá acarretar modificações nos aspectos intelectual e afetivo-social da criança.

- **Período das operações concretas:** Dos 7 aos 12 anos - a criança apresenta a capacidade de reflexão, exercida através de situações concretas no seu desenvolvimento mental; ela adquire autonomia crescente em relação ao adulto, passando a organizar seus próprios valores morais.
- **Período das operações formais:** A partir dos 12 anos - passagem do pensamento concreto para o abstrato, realiza operações no plano das ideias. É capaz de lidar com conceitos como liberdade e justiça, possui a capacidade de refletir espontaneamente, de tirar conclusões e criar hipóteses.

Essas duas teorias destacam com grande relevância o papel determinante para a interação do sujeito com o mundo que o cerca e esse avanço na forma de pensar o sujeito com DI promoveu maiores possibilidades de desenvolvimento.

No século XXI a luta pelos direitos das pessoas com deficiência ganhou força e representatividade na sociedade. Políticas públicas surgem a todo momento, buscando garantir os direitos assegurados por lei. Busca-se uma educação de qualidade em um ambiente inclusivo, onde a aprendizagem ocorre de forma colaborativa. Nesse contexto surge o Atendimento Educacional Especializado.

O modelo a seguir demonstra com clareza o processo pelo qual estamos passando:



Fonte: Les perspectives d'e-Inclusion dans le secteur du handicap mental.
Disponível [neste link](#)

3. Causas da Deficiência Intelectual

As causas da Deficiência Intelectual podem ser divididas em quatro fatores principais: **biomédicos, sociais, comportamentais e educacionais.**

a) Fatores biomédicos

- Distúrbios cromossômicos e genéticos.
- Síndromes genéticas.
- Distúrbios metabólicos.
- Doenças maternas.
- Prematuridade.
- Distúrbios Neonatais.
- Lesão ao nascimento.
- Lesão cerebral traumática.
- Distúrbios convulsivos, etc.

b) Fatores sociais

Relacionam-se com a interação social e familiar, como estimulação e resposta do adulto. Os principais fatores sociais são:

- Pobreza/falta de estímulos.
- Má nutrição materna.
- Violência doméstica.
- Falta de acesso ao cuidado pré-natal.
- Falta de acesso aos cuidados no nascimento.
- Falta de estimulação adequada.
- Institucionalização, etc.

c) Fatores Comportamentais

Relacionam-se a comportamentos potencialmente causais, os principais são:

- Uso de álcool na gestação.
- Uso de drogas pelos pais.
- Imaturidade dos pais.
- Rejeição dos pais ao cuidado da criança.
- Abandono da criança pelos pais.
- Abuso e negligência da criança.
- Violência doméstica, etc.

d) Fatores Educacionais

Relacionam-se à disponibilidade de apoios educacionais que promovem o desenvolvimento intelectual, tais como:

- Deficiência intelectual dos pais.
- Falta de preparação para ser pais.
- Diagnóstico tardio.
- Serviços educacionais inadequados.
- Apoio familiar inadequado.
- Falta de encaminhamento para estimulação precoce, etc.

4. Síndromes que apresentam características da Deficiência Intelectual

Síndrome de Down: é a mais frequente dentre as anomalias genéticas que causam Deficiência Intelectual (1 a cada 600 bebês nascidos vivos) e o risco da incidência aumenta com a idade materna. Em 94% dos casos, a trissomia é acidental (trissomia simples); em apenas 3,3% dos casos ocorre por translocação, podendo ser, neste caso, hereditária (pode ocorrer mais de um caso na família). Em 2,4% dos casos ocorre o mosaïcismo celular, no qual a pessoa possui uma linhagem de células normais e uma trissômica.

As características desta síndrome incluem deficiência intelectual, hipotonia global (criança com os músculos mais “molinhos”, principalmente quando bebês), dismorfias, como baixa implantação das orelhas, cabelos lisos, baixa estatura, com tendência à obesidade, alterações nas pregas das mãos e pés, dentre outras.



Foto autorizada
Fonte: Portfólio pessoal da autora

Síndrome do X Frágil: depois da Síndrome de Down, é a causa genética mais frequente de Deficiência Intelectual. As pessoas com esta síndrome apresentam algumas características físico-faciais, como face alongada, orelhas grandes e em abano, testículos aumentados, mas o que mais chama atenção é sua característica comportamental (muito agitado, arredo, com dificuldade de interação e contato com o outro, lembrando o Autismo). É transmitida pelo cromossomo X e afeta preferencialmente os meninos.



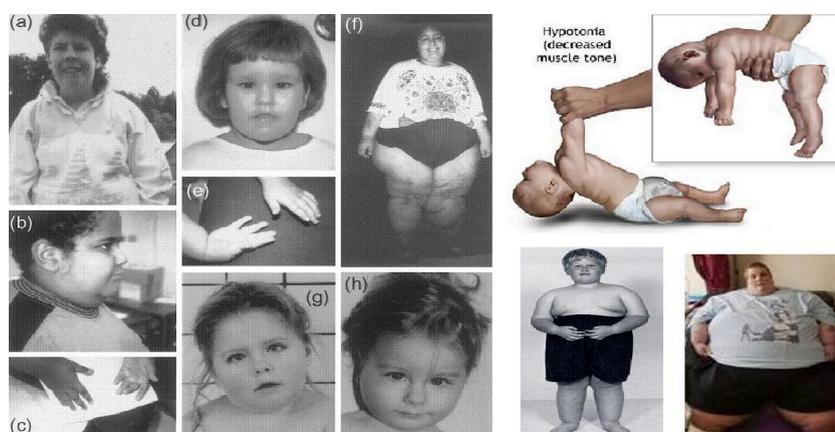
Fonte: Psicopedagogia Online.
Disponível [neste link](#).

Síndrome de West: é uma forma grave de epilepsia que se desenvolve em crianças. Meninos são mais afetados do que meninas. Os sinais clínicos envolvem espasmos e atraso do desenvolvimento. As crises provocam flexão da cabeça, abdução dos membros superiores e dobra das pernas. Cada crise dura alguns segundos. Apresenta características da DI associadas.



Fonte: Fisio Unec.
Disponível [neste link](#).

Síndrome de Prader Willi: é uma doença congênita que afeta o sistema nervoso central, causando um atraso leve ou moderado no desenvolvimento físico e mental, distúrbios de aprendizagem, alterações no comportamento, no desenvolvimento sexual e uma necessidade involuntária e constante de comer. O quadro clínico varia de paciente a paciente, conforme a idade. No período neonatal, a criança apresenta severa hipotonia muscular, baixo peso e pequena estatura.



Fonte: Genetics Home Reference
Disponível [neste link](#).

Síndrome de Rett: é uma doença genética rara, não hereditária, que afeta, na maioria dos casos, meninas. Ao longo do tempo, as crianças que nascem com Rett passam a desenvolver problemas crescentes com movimentos, coordenação e comunicação, podendo, inclusive, prejudicar a capacidade de usar as mãos, andar e comunicar-se com outras pessoas.



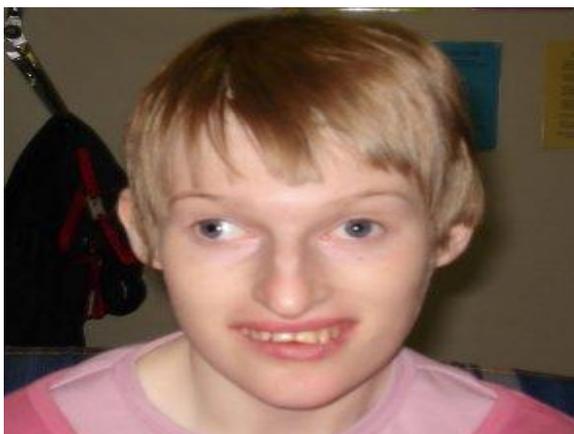
Fonte: National Institute of Neurological Disorders and Stroke
Disponível [neste link](#).

Síndrome de Willians: desordem genética do cromossomo 7, atinge crianças de ambos os sexos e pode levar a problemas de desenvolvimento. A falta desses genes leva a problemas cardiovasculares e renais, podendo causar também o desenvolvimento irregular do cérebro.



Fonte: Explainer
Disponível [neste link](#).

Síndrome de Angelman: distúrbio neurológico que causa deficiência intelectual, comprometimento ou ausência de fala, epilepsia, atraso psicomotor, andar desequilibrado, com as pernas afastadas e esticadas, sono entrecortado e difícil, alterações no comportamento, entre outras.



Fonte: Físio Unec
Disponível [neste link](#).

Síndrome Cornélia de Lange (CdLS): é uma doença multissistêmica com expressão variável marcada por uma face dismórfica característica, déficit intelectual de grau variável, atraso de crescimento grave com início antes do nascimento (segundo semestre), anomalias das mãos e dos pés (oligodactilia, ou por vezes um defeito de redução ainda mais grave, braquimetacarpia constante do primeiro metacarpo) e várias outras malformações (coração, rim etc.).



Fonte: Blog Síndrome de Cornélia de Lange
Disponível [neste link](#).

Síndrome do Cri Du Chat: Esta síndrome acomete uma criança a cada 50.000 nascidos vivos e é responsável por alterações cerebrais, déficit cognitivo e problemas que afetam, em maior ou menor grau, o desenvolvimento neuropsicomotor e a saúde geral dos afetados. Também conhecida como síndrome do miado do gato.



Fonte: Síndrome Cri-Du-Chat
Disponível [neste link](#).

Estas são somente algumas síndromes que apresentam características da deficiência intelectual. Muitos indivíduos com DI não apresentam nenhuma característica física evidente, sendo que somente com a observação e convívio será possível identificar os principais sinais do déficit cognitivo e as dificuldades desses sujeitos.

5. Organização da ação pedagógica para estudante com Deficiência Intelectual

A pessoa com deficiência intelectual caracteriza-se por ter um funcionamento intelectual significativamente inferior à média, acompanhado de limitações significativas no funcionamento adaptativo em pelo menos duas das seguintes áreas de habilidades: comunicação, autocuidados, vida doméstica, habilidades sociais/interpessoais, uso de recursos comunitários, autossuficiência, habilidades acadêmicas, trabalho, lazer, saúde e segurança.

O planejamento é o fio condutor na aprendizagem do estudante com DI e os objetivos das ações pedagógicas organizadas para esse estudante devem favorecer o desenvolvimento das habilidades, bem como primar pela qualidade das aquisições pedagógicas, promovendo um ambiente rico em estímulos, onde o sujeito participa efetivamente das atividades, desenvolvendo-se na área cognitiva e social. O planejamento deve ser construído levando em consideração a realidade familiar e social, as características pessoais, os interesses e as especificidades. A forma como o estudante constroi o conhecimento, as suas necessidades de aprendizagem e o que o estudante já sabe, são entendidos como um processo, deve ser flexível e passível de mudanças sempre que necessário.

Em sala de aula é importante a mediação do professor no que diz respeito à organização da rotina. É fundamental que ele fale previamente para o estudante com deficiência intelectual o que será necessário para realizar determinada tarefa e quais etapas devem ser seguidas. A dificuldade na retenção dos conteúdos escolares prejudica a aprendizagem, assim, sempre que possível, é necessário relacionar os conteúdos trabalhados com a realidade do estudante, trazendo para

dentro da sala de aula experiências que sejam importantes no contexto familiar e social.

É necessário incentivar e promover a autonomia e independência no cotidiano da escola, possibilitando espaços de interação com os colegas, trabalhos em grupo e ações pedagógicas que estimulem e motivem, facilitando dessa forma a superação dos possíveis obstáculos no contexto escolar. A capacidade de argumentação dessas pessoas também pode ser afetada e precisa ser devidamente estimulada para facilitar o processo de inclusão e fazer com que a pessoa adquira independência em suas relações com o mundo. A pessoa que apresenta desempenho intelectual abaixo da média justifica e requer modificações das práticas educacionais, no sentido de desenvolver ao máximo suas potencialidades.



Fotos autorizadas

Fonte: Portfólio pessoal da autora

6. Atitudes que devemos ter com pessoas com Deficiência Intelectual

- Não tratar a pessoa com deficiência intelectual como criança, quando não for essa a condição dela.
- Estabelecer regras e limites, quando necessário, e exigir o compromisso de cumpri-los.
- Favorecer a autonomia, valorizando o que ela pode fazer sozinha, se for preciso ajudando-a.
- Conversar com calma, se preciso repetir as explicações.
- Ouvir com atenção o que ela tem a dizer.
- As explicações devem ser simples e claras, se necessário utilizar recursos visuais para complementar as explicações.
- Cumprimentar a pessoa de maneira normal e respeitosa.
- Fazer uma solicitação de cada vez e certificar-se de que a pessoa compreendeu.

7. O Atendimento Educacional Especializado e o estudante com Deficiência Intelectual

O professor do AEE é antes de tudo o profissional que articula dentro do contexto educacional as principais ações inclusivas, possibilitando o acesso e principalmente a permanência desse estudante, organizando situações que promovam o desenvolvimento da aprendizagem.

O trabalho do professor do AEE consiste na gestão dos processos de aprendizagem, na avaliação e no acompanhamento. Cada estudante é único e, portanto, deve ser respeitado na sua individualidade. No AEE é importante que o professor conheça seu estudante para que possa auxiliá-lo no seu processo de aprendizagem, promovendo situações de autonomia e independência dentro e fora da instituição escolar.

A eliminação de barreiras é um dos principais focos do AEE, logo, a articulação com os professores da sala de aula comum é necessária para entender o estudante nesse contexto e a interlocução entre estes profissionais é fundamental para prever as necessidades educacionais específicas do estudante, permitindo elaborar um planejamento adequado às suas necessidades. Para que um plano de intervenção seja construído com qualidade é preciso elaborar o Estudo de Caso do estudante, com informações provenientes da família, do professor da sala de aula e do professor do AEE.

São seis os principais aspectos a serem analisados: **desenvolvimento intelectual e funcionamento cognitivo, expressão oral, meio ambiente, aprendizagens acadêmicas, desenvolvimento afetivo social e as interações sociais, comportamentos e atitudes em situação de aprendizagem e desenvolvimento psicomotor.**

As limitações impostas pela deficiência intelectual dependem muito do desenvolvimento do indivíduo nas relações sociais e de seus aprendizados, variando bastante de uma pessoa para outra. Em geral, a deficiência intelectual traz mais dificuldades para que a pessoa interprete conteúdos abstratos. Isso exige estratégias diferenciadas por parte do professor, como diversificar os modos de

exposição nas aulas, relacionando os conteúdos curriculares a situações do cotidiano, mostrando exemplos concretos para ilustrar ideias mais complexas e identificar as competências e habilidades do estudante.

É preciso redimensionar o conteúdo com relação às formas de exposição, flexibilizar o tempo para a realização das atividades e usar estratégias diversificadas, como a ajuda dos colegas de sala.

8. Deficiência Intelectual no Ensino Médio e Superior

É preciso intensificar a promoção de ações que visem à inclusão de estudantes com deficiência no ensino médio e ensino superior, com uma proposta inclusiva que atenda às necessidades específicas desses estudantes.

Na organização de um espaço de fato inclusivo surge o Atendimento Educacional Especializado. Neste sentido o AEE deverá ser o principal articulador entre os profissionais que atendem o estudante com DI, construindo uma proposta de atendimento interligada entre todos os setores, promovendo para o estudante nos diferentes níveis de ensino o acesso à aprendizagem e aos recursos necessários para superar as possíveis dificuldades apresentadas.

Na atualidade percebe-se claramente o aumento do ingresso de estudantes com DI no ensino médio e na universidade e a questão principal é como estamos atendendo tais estudantes, os suportes, a avaliação e a forma como o currículo é desenvolvido.

Embora sejam muitos os documentos norteadores, a política inclusiva leva tempo até ser de fato implantada. O que percebemos são ações isoladas em determinados casos e precisamos urgentemente levar para o centro das discussões a elaboração de práticas pedagógicas condizentes com a necessidade apresentada por cada estudante.

Uma das maiores preocupações é a qualidade da aprendizagem do estudante com DI dentro do contexto do ensino médio e superior, para que não carregue o estigma “daquele que não aprende, incapaz”, já com uma visão determinista de fracasso. É direito desse estudante o acesso, mas para que ele

consiga permanecer e superar os obstáculos que surgirem na sua trajetória, o ambiente acadêmico deve se preparar com formação para os professores e funcionários, levando informação, divulgando amplamente as políticas públicas voltadas à promoção da inclusão do estudante com deficiência intelectual no contexto educacional.

9. Avaliação e currículo flexível para estudante com Deficiência Intelectual

A pessoa com deficiência intelectual demanda a construção de estratégias e metodologias voltadas ao desenvolvimento de sua aprendizagem.

Em um contexto inclusivo, a avaliação tem a finalidade de identificar e intervir nas barreiras, sejam elas quais forem: acesso, aprendizagem, atitudes, comunicação. É preciso conhecer as reais necessidades apresentadas pelo estudante, revendo práticas pedagógicas, subsidiando os professores na construção de uma prática educacional mais adequada às necessidades do estudante.

A avaliação deve ser pensada como processo contínuo, com enfoque compreensivo. Dentro desta perspectiva, percebemos a avaliação como fonte de conhecimento, compreendendo o estudante na sua totalidade. Uma avaliação eficaz possibilita uma melhor organização na escola, promovendo acesso à aprendizagem e aos recursos (se necessários), identificando suas fragilidades e as barreiras existentes no espaço físico, possibilitando utilizar as estratégias mais adequadas para superação das dificuldades.

A avaliação deve promover condições mais igualitárias, acesso, permanência e reais possibilidades de sucesso. Precisamos conhecer a realidade na qual o estudante está inserido, avaliar as questões pedagógicas, de comunicação, comportamento, linguagem e demais habilidades.

Perceber quais são suas áreas de potencialidade, a necessidade de recursos adaptados, quais são os recursos e quais serão as estratégias mais adequadas ao seu desenvolvimento, para organizar os instrumentos avaliativos de acordo com as necessidades específicas de cada estudante.

O processo de avaliação envolve a análise dos documentos que norteiam o processo inclusivo dentro da instituição de ensino:

- **Projeto Político Pedagógico.**
- **Regimento.**
- **Organograma.**
- **Plano de desenvolvimento individual do estudante.**
- **Planos de cursos e aulas.**
- **Currículo.**

Outros documentos elaborados na instituição ou documentos orientadores de segmentos hierarquicamente superiores.

A Pessoa com DI tem uma maneira própria de lidar com o saber, apresentando características que comprometem o ideal de aprendizagem padronizado. As adaptações curriculares constituem-se oportunidades educacionais para os estudantes com DI terem acesso ao currículo e à aprendizagem dos conteúdos escolares.

O estudo de Duarte (2008) apontou que os estudantes com DI necessitam de um maior tempo para a realização das tarefas e ensino individualizado, bem como mudança na forma de transmitir os conteúdos curriculares. Uma adaptação curricular flexível pode favorecer a aprendizagem dos conteúdos escolares dos estudantes com deficiência. O Currículo escolar é um documento que norteia e viabiliza todo o processo de ensino e aprendizagem.

Quando pensamos em adaptação curricular precisamos viabilizar um currículo flexível, em que as estratégias pedagógicas sejam essenciais para que o estudante acesse o conhecimento e consiga se desenvolver dentro de uma perspectiva inclusiva, onde terá acesso ao currículo normal, estando a diferença nas estratégias utilizadas para acessá-lo. A flexibilização curricular deve levar em consideração o contexto do estudante, com um planejamento passível de mudança, não engessado, permitindo proceder mudanças sempre que for necessário.

Cabe ao professor de AEE, sempre que necessário, ensinar aos estudantes a utilização dos recursos de Tecnologia Assistiva (TA). As Tecnologias Assistivas “são

recursos desenvolvidos e disponibilizados às pessoas com deficiência e que visam ampliar suas habilidades no desempenho das funções pretendidas” (BERSCH; PELOSI, 2007, p.8). São recursos que visam à autonomia e à independência funcional dos estudantes. É importante que os professores de AEE se atualizem continuamente, utilizando a tecnologia como instrumento para facilitar e, muitas vezes, promover o acesso do estudante a aprendizagem.

10. Construção do Parecer Descritivo para estudante com Deficiência Intelectual

O parecer descritivo é uma importante ferramenta de avaliação e, quando bem elaborado, é possível perceber o estudante na sua totalidade. Ele deve ser descrito de forma clara e objetiva, contemplando as habilidades e potencialidades do estudante com DI e também suas dificuldades.

Através dele é possível identificar as necessidades educacionais específicas de cada estudante e mediar a aprendizagem, construindo estratégias adequadas ao seu desenvolvimento cognitivo. É um texto que exerce a função social de comunicar o processo de aprendizagem a pais, estudantes e professores.

A construção do parecer descritivo é a construção de um caminho, onde o andar se faz no dia a dia, por meio da observação e do acompanhamento do desenvolvimento do estudante. Temos a oportunidade de compartilhar desafios e reforçar a crença e o respeito a cada um dos estudantes, possibilitando uma avaliação que contemple de forma mais fiel a evolução e/ou as dificuldades enfrentadas no contexto escolar

Nos **aspectos cognitivos** está relacionado à **memória, pensamento crítico, compreensão de informações e aplicação dos conhecimentos em contexto real**. Basicamente, o professor vai descrever como os estudantes estão se adaptando no ambiente, como estão executando as atividades propostas e aprendendo os conteúdos. Já nos **aspectos sociais** ocorre a descrição de **como o estudante se relaciona com os colegas, com o grupo, com os professores e outras pessoas com as quais convive**. Características como participação,

cumprimento das regras, trabalho em equipe, organização e responsabilidade entram nessa categoria.

Nos **aspectos emocionais** é essencial abordar os comportamentos e expressões de emoção: **como o estudante lida com sucessos e fracassos, como se sente no ambiente escolar, como reage a novos desafios, de que forma lida com seus sentimentos.** As questões relacionadas aos **aspectos físicos** deverão englobar o desenvolvimento da **expressão corporal, ritmo e equilíbrio, motricidade ampla e fina, uso e aplicação de força**, descrevendo rapidamente questões de saúde e higiene que pareçam relevantes.

A Instrução Normativa nº 3/2016 em seu Anexo II, denominado **Diagnóstico Escolar**, já disponibilizada na disciplina **“Aspectos Legais da Inclusão”** trata do Parecer a ser elaborado pelo professor, nesse sentido cabem algumas orientações básicas.

Você deve ter certeza do que está escrevendo com base em suas observações, seus registros por escrito, fotos ou vídeos, produções realizadas pelos estudantes durante aquele período e, se necessário, discussões com outros professores e coordenadores que já conviveram com os estudantes.

Esse material deve ser reunido para que o professor tenha uma visão completa e apurada. Enfatize sempre os pontos positivos. Encontre aquilo em que o estudante se destaca, seja a comunicação, sejam trabalhos artísticos, seja o relacionamento com os colegas ou aptidão para matemática e dê ênfase a estas características.

A estrutura do seu parecer deve conter:

- 1. Experiências em que o estudante se destaca.**
- 2. Experiências em que o estudante está se desenvolvendo dentro do esperado.**
- 3. Experiências em que o estudante está apresentando dificuldades.**
- 4. Possíveis ações para ajudá-lo a superar essas dificuldades.**

O parecer é um documento, por isso, tome cuidado com erros de grafia, gramática, pontuação ou formatação.

Na página seguinte, observe um conjunto de dicas para construção do seu Parecer Descritivo.

10.1. Dicas para construção do Parecer Descritivo

- **Leve em conta os destinatários (escola, família e estudante).**
- **Utilize uma linguagem clara, simples, precisa e adequada ao público.**
- **Considere o caráter oficial do documento (evitar rasuras e palavras pejorativas).**
- **Observe a ortografia, concordância e formatação.**
- **Nomeie os pareceres.**
- **Evite palavras diminutivas.**
- **Evite palavras ou expressões amplas, sem detalhamento.**
- **Utilize verbos e expressões que indiquem processo.**
- **Evite contradições e comparações.**

11. Mercado de trabalho para pessoa com Deficiência Intelectual

É indiscutível a importância das contratações de pessoas com deficiência para a economia do Brasil. Além da geração de emprego, a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho contribui para trazer dignidade a essas pessoas. Ao incluí-las, não estamos apenas ofertando um salário, mas também a oportunidade de se desenvolverem social e emocionalmente.

É sabido que o exercício profissional traz consigo a interação com outras pessoas, o sentimento de cidadão produtivo, a possibilidade de fazer amigos, de encontrar um amor, de pertencer a um grupo social, até o *status* adquirido junto à própria família muda para melhor. Além disso, a presença de pessoas com deficiência no mercado de trabalho contribui para humanizar mais a empresa e enriquecer o ambiente corporativo com visões e experiências diversificadas.

Assista ao documentário *Ao Trabalho - Gente fora de série*, no material complementar da disciplina.

Em relação à qualificação das pessoas com deficiência, segue-se basicamente o mesmo padrão da população brasileira sem deficiência. A falta de qualificação das pessoas com deficiência é por questões de exclusão histórica. A maioria das pessoas com deficiência é pouco qualificada, mas essa baixa qualificação também incide na população em geral. O maior empecilho para a inclusão de profissionais com deficiência ainda é cultural. Ou seja, as relações interpessoais ainda estão muito calcadas em estereótipos e preconceitos. Além

disso, as vagas que são oferecidas às pessoas com deficiência ainda são muito operacionais e pouco atrativas.

A inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho pode representar um grande desafio para a sociedade. De acordo com a política de cotas, as empresas com, no mínimo, 100 empregados são obrigados a preencher uma determinada porcentagem – que varia de acordo com o tamanho da empresa – de vagas com empregos para pessoas com deficiência, porém na maioria das vezes a pessoa com DI é rejeitada. A inclusão de pessoas com atraso cognitivo pode ser ainda mais complicada, já que a capacidade de cada indivíduo varia, e as adaptações do ambiente devem ser customizadas, ou seja, adequadas especificamente para aquele funcionário.

Para que as pessoas com DI alcancem melhor desempenho profissional é preciso criar um ambiente propício, no qual consigam se concentrar, desempenhar suas funções e interagir com os colegas. Além disso, a dinâmica do trabalho é diretamente ligada ao suporte que aquele funcionário recebe. Os empregadores devem se conscientizar de que as tarefas delegadas aos funcionários com DI devem estar de acordo com suas capacidades e seu tempo de produção precisa ser respeitado.

12. Considerações Finais

É evidente que ainda há um longo percurso pela frente, existem muitas contradições entre a teoria e a prática, a aprendizagem dos sujeitos com DI exige dos educadores maior atenção, suportes e estratégias que possibilitem ao estudante acesso ao conhecimento. A formação dos profissionais é um importante caminho. Devemos ficar atentos à maneira singular como cada estudante aprende, e exige esforço saber como cada um se apropria dos saberes; é necessário analisar constantemente nossa prática docente. Ainda percebemos claramente uma visão de descrença no potencial de pessoas com DI, o mercado de trabalho reflete o que é visto nas escolas, cursos técnicos e ensino superior. O que fica claro é que precisamos agir sobre essa realidade excludente, transformando os espaços com

ações coletivas e eficazes, e a educação é a chave para transformar vidas, com oportunidades de aprendizagem, acesso, informação e conhecimento.

REFERÊNCIAS

APIE; CERFAPIE. **Deficiência Mental: Níveis e Tipos**. Disponível em: <http://www.slideshare.net/andreadc/a-deficincia-mental-nveis-e-tipos>. Acesso em: 24 Nov. 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 mai. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6253**, de 13 de novembro de 2007. Dispõe sobre o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação Básica e da valorização dos profissionais da Educação – FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6253.htm. Acesso em: 07 mai. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 7.611**, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em: 07 mai. 2018.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186**, de 24 de dezembro de 2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 07 mai. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - ONU. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 07 mai. 2018.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 03. mai. 2010.

BRASIL. Manual de Orientações para Adaptações Curriculares. **Portaria nº1063**, de setembro de 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/serie4.pdf>. Acesso em: 07 mai. 2018.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://www.mec.gov.br/>. Acesso em: 03. mai. 2010.

BRASIL. **Portaria nº13**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do programa de Implantação de Salas de Recursos. Publicado em 26 de abril de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 mai. 2018.

BRASIL. **Resolução Nº. 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Disponível em: portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 03. mai. 2010.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; SQUINC, Flávia. **Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0102-311X2007001000025>. Acesso em: 24 Nov. 2010.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual / Adriana Leite Lima Verde Gomes, Jean-Robert Poulin, Rita Veira de Figueiredo. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial ; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 2. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar)

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

OLIVEIRA, A. A. S.; LEITE, L. P. **Construção de um sistema educacional inclusivo**: um desafio político-pedagógico. Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação. Vol. 15, fascículo 57, Cesgranrio /RJ, 2007.

PAVÃO, Ana Paula Oliveira; PAVÃO, Silvia Maria de Oliveira (org.). **Os Casos Excluídos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Santa Maria: UFSM, PRE; Ed.pE.com, 2017.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança – por uma práxis transformadora**. 5. ed. São Paulo: Libertade, 2003.